

**D PAULA PROJETOS LTDA**  
PROJETOS DE ENGENHARIA  
CNPJ 39.623.943/0001-06

Pitanga, 28 de março de 2021.

AO  
PRESIDENTE  
DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES  
MUNICÍPIO DE IMBAÚ - PR

EDITAL DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS nº. 01/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBAÚ	
ESTADO DO PARANÁ	
<b>PROTOCOLO</b>	
Nº	1583/21
EM DATA DE:	29/03/21
<i>[Assinatura]</i>	
RESPONSÁVEL PROTOCOLO	
(42) 3278-8100	
RUA FRANCISCO J. KORTZ, 471 - IMBAÚ - PR	

**D PAULA PROJETOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 39.623.943/0001-06, estabelecida à Rua Cirene Hey, nº. 520, Loteamento Água Verde II, CEP 85.200-000, no município de Pitanga, estado do Paraná, licitante interessada em participar do Certame Licitatório supra referenciado, por meio de seu representante legal, com fulcro no art. 41, da Lei nº. 8.666/93, vem, tempestivamente, à presença de V. Ex<sup>a</sup>, interpor a presente

### IMPUGNAÇÃO

Em face dos itens 3.4, “b” e “c”, do Edital de Licitação supramencionado, pelas razões de fato e de direito a seguir expostos.

D PAULA  
PROJETOS  
LTDA:3962  
394300010  
6

Assinado de forma  
digital por D  
PAULA PROJETOS  
LTDA:3962394300  
0106  
Dados: 2021.03.28  
20:08:42 -03'00'

# D PAULA PROJETOS LTDA

PROJETOS DE ENGENHARIA  
CNPJ 39.623.943/0001-06

## I) DA TEMPESTIVIDADE

O art. 41, §2º, da Lei nº. 8.666/93, prevê expressamente que, a licitante que assim desejar, deverá interpor impugnação ao Edital de Licitação até o segundo dia útil que anteceder a realização do certame, sob pena de decadência do direito de impugnação.

De modo que a referida sessão ocorrerá na data de 05.04.2021, conforme consta no item 1.6 do Instrumento Convocatório em questão, a data limite para apresentação de impugnações é até o dia de 01.04.2021, ficando, portanto, plenamente demonstrada aqui, a tempestividade do pleito.

## II) DA SÍNTESE DOS FATOS

A empresa acima qualificada, interessada em participar do certame em epígrafe, ao adquirir o presente Edital de Licitação, se deparou com as seguintes exigências, contidas nos itens 3.4, "b" e "c", respectivamente, do Edital em apreço:

### 3.4) QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA

b) Comprovação de capital social integralizado de no mínimo 10% (dez por cento) do valor da soma dos lotes cotados;

c) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, atendendo aos seguintes índices financeiros (Anexo IX):

**A licitante que apresentar o resultado inferior a 1 (um) para qualquer dos índices: Liquidez Geral (ILG), Liquidez Corrente (ILC) ou Solvência Geral (ISG) será INABILITADA no presente certame licitatório. (grifo nosso).**

## III) DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

Estabelece o "caput" do art. 3º, da Lei nº. 8.666/93, que:

"Art. 3º. A licitação destina-se a **garantir a observância do princípio constitucional da isonomia**, a **seleção da proposta mais vantajosa para a administração** e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e **será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade**, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos". **(grifo nosso).**

D PAULA  
PROJETOS  
LTDA:39623  
943000106

Assinado de forma  
digital por D PAULA  
PROJETOS  
LTDA:396239430001  
06  
Dados: 2021.03.28  
20:09:03 -03'00'

# D PAULA PROJETOS LTDA

PROJETOS DE ENGENHARIA

CNPJ 39.623.943/0001-06

Ainda, o parágrafo 1º, do mesmo diploma legal, estabelece o seguinte:

**§ 1º. É vedado aos agentes públicos:**

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou **condições que comprometam, restrinjam OU FRUSTREM O SEU CARÁTER COMPETITIVO**, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991; **(grifo nosso)**.

No mesmo sentido, prevê o art. 31, §§ 2º e 5º, da Lei nº. 8.666/93, que:

§ 2º A Administração, nas compras para entrega futura e na **execução de obras e serviços, poderá estabelecer**, no instrumento convocatório da licitação, a exigência de capital mínimo **OU** de patrimônio líquido mínimo, **OU** ainda as garantias previstas no § 1º do art. 56 desta Lei, como dado objetivo de comprovação da qualificação econômico-financeira dos licitantes e para efeito de garantia ao adimplemento do contrato a ser ulteriormente celebrado. **(grifo nosso)**.

§ 5º A comprovação de boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, **através do cálculo de índices contábeis previstos no edital e DEVIDAMENTE JUSTIFICADOS NO PROCESSO ADMINISTRATIVO DA LICITAÇÃO** que tenha dado início ao certame licitatório, **vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados** para correta avaliação de situação financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação. **(grifo nosso)**.

Veja, Ex.<sup>a</sup>, que as exigências previstas no rol de documentos relativos à qualificação econômico-financeira do presente edital, padecem totalmente de legalidade, razoabilidade e proporcionalidade, na medida que o §2º, do art. 31 do diploma legal em questão é cristalino ao elencar que **A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NÃO PODE CUMULAR EXIGÊNCIAS QUANTO À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**, podendo apenas, escolher quais itens serão exigidos no certame, a saber, Comprovação de Capital Social Mínimo **OU** Patrimônio Líquido mínimo **OU** ainda, Comprovação de Índices Financeiros sob pena de violação ao Caráter Competitivo do Certame, inviabilizando a participação de grande número de empresas na referida licitação.

E mais, na medida em que o Instrumento Convocatório exige ao mesmo tempo, comprovação de Capital Social Integralizado de no mínimo 10% do valor licitado e apresentação de Índices Financeiros superiores a 1, **SOB PENA DE INABILITAÇÃO**, o mesmo diploma legal viola todos os Princípios norteadores das licitações públicas, tendo em vista que não há razoabilidade, nem tampouco proporcionalidade em tais exigências.

D PAULA  
PROJETOS  
LTDA:39623  
943000106

Assinado de forma  
digital por D PAULA  
PROJETOS  
LTDA:39623943000106  
Dados: 2021.03.28  
20:09:20 -03'00'

# D PAULA PROJETOS LTDA

PROJETOS DE ENGENHARIA  
CNPJ 39.623.943/0001-06

Perceba, nobre Julgador, que é dever da Administração Pública cercar-se de garantias, quando da contratação de serviços com particulares, entretanto, a exemplo do tema aqui debatido, a garantia quanto à situação econômico-financeira das empresas pode dar-se apenas com a exigência de Capital Social ou Patrimônio Líquido mínimos, nos termos do §3º, do art. 31, da Lei aqui em apreço.

Note que, o próprio Superior Tribunal de Justiça já destacou que a qualificação econômico-financeira, prevista no art. 31 do referido Códex NÃO POSSUI UM CONCEITO ABSOLUTO OU TAXATIVO, devendo-se fazer um juízo de ponderação quanto às exigências em questão. Tendo em vista que, o Tribunal Superior em questão, reputou válido um edital que deixou de exigir comprovação atinente a todos os incisos do art. 31 (“não existe obrigação legal a exigir que os concorrentes esgotem todos os incisos do art. 31, da Lei 8.666/93” – Resp 402.711/SP, rel. Min. José Delgado, j. em 11.06.2002, DJ 19.08.2002).

Nesse mesmo entendimento, o Tribunal de Contas da União também reputou válido edital que permitia que empresas que não preenchessem os índices denotadores de boa situação econômico-financeira fossem habilitadas por meio da demonstração de capital social ou patrimônio líquido mínimo (Acórdão 247/2003, Plenário, rel. Min. Marcos Vilela).

Note-se que, conforme já explanado anteriormente, embora a Administração Pública necessite de garantias afim de celebrar Contrato Administrativo com particulares, não nos parece razoável que tais garantias sejam demasiadamente taxativas, sob pena de violação ao Princípio da Competitividade, bem como, violação à busca da proposta mais vantajosa pela Administração Pública nos certames licitatórios. Ademais, o que se pretende com a exigência de documentos relativos à qualificação econômico-financeira dos licitantes é a busca na seriedade dos seus dados. Sendo assim, não há cabimento em se esgotar todos os incisos do art. 31 da Lei em regência, tal como se a ausência de algumas dessas exigências importasse em presunção de inidoneidade.

Ainda, o Tribunal de Contas da União, em entendimento pacificado, determinou à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Fazenda que se abstinhasse de exigir Patrimônio Líquido Mínimo, CUMULATIVAMENTE, com a prestação de garantia prevista no art. 31, III, da Lei nº. 8.666/93, uma vez que o §2º do mencionado artigo permite tão somente à Administração exigir, ALTERNATIVAMENTE, capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo. (TCU – Acórdão nº. 229/2006 – 1ª Câmara).

D PAULA  
PROJETOS  
LTDA:39623  
943000106

Assinado de forma  
digital por D  
PAULA PROJETOS  
LTDA:3962394300  
0106  
Dados: 2021.03.28  
20:10:01 -03'00'

# D PAULA PROJETOS LTDA

PROJETOS DE ENGENHARIA  
CNPJ 39.623.943/0001-06

Dessa forma, afim de se preservar o Interesse Público, bem como, preservar as garantias à Administração Pública nas contratações com particulares, SUGERIMOS SEJAM FEITAS EXIGÊNCIAS DE CARÁTER SUBSIDIÁRIO, a saber, OU comprovação de patrimônio líquido mínimo OU comprovação de índices financeiros.

Em não sendo este o entendimento desta d. Comissão de Licitações, sugerimos ainda, um adendo ao referido edital de licitação, como por exemplo:

**“Caso os índices financeiros sejam insuficientes, a empresa DEVERÁ apresentar Comprovação de Capital Social OU Patrimônio Líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor do objeto contratual.”**

Assim, a Administração Pública continua cercada de garantias de qualificação econômico-financeira dos licitantes, sem restringir o caráter competitivo das licitações.

D PAULA  
PROJETOS  
LTDA:39623  
943000106

Assinado de forma  
digital por D PAULA  
PROJETOS  
LTDA:3962394300010  
6  
Dados: 2021.03.28  
20:10:18 -03'00'

**IV) DOS PEDIDOS**

Diante de todo o exposto, **REQUER:**

- a) Seja julgada totalmente procedente a presente IMPUGNAÇÃO, **a fim de serem corrigidos os itens 3.4, “b” e “c”**, do edital em epígrafe, pelas razões e fundamentos acima expostos, considerando que decidir de modo diverso fulminaria o processo licitatório em flagrante desrespeito ao princípio da legalidade, da isonomia e da competitividade;
- b) **Seja Retificado o Edital em questão**, nos moldes do art. 31, da Lei nº. 8.666/93, inserindo-se possibilidade subsidiária de comprovação de Capital Social ou Patrimônio Líquido mínimo de 10% (dez por cento), caso os índices financeiros sejam insuficientes;
- c) Caso não entenda pelo recebimento e provimento da presente IMPUGNAÇÃO, pugna-se pela emissão de parecer fundamentado, informando quais os dispositivos legais que embasaram a decisão da Comissão;
- d) Informa, igualmente, que na hipótese, ainda que remota, de não provimento à IMPUGNAÇÃO ora apresentada, tal decisão certamente não prosperará perante o Poder Judiciário, pela via mandamental, sem prejuízo de representação junto ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público Estadual.

**D PAULA PROJETOS LTDA**  
CNPJ nº. 39.623.943/0001-06

**D PAULA  
PROJETOS  
LTDA:39623  
943000106**

Assinado de forma  
digital por D  
PAULA PROJETOS  
LTDA:3962394300  
0106  
Dados: 2021.03.28  
20:10:34 -03'00'



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>39.623.943/0001-06</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>	DATA DE ABERTURA <b>30/10/2020</b>
NOME EMPRESARIAL <b>D' PAULA PROJETOS LTDA</b>		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>D' PAULA PROJETOS DE ENGENHARIA</b>		PORTE <b>ME</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>71.12-0-00 - Serviços de engenharia</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>71.11-1-00 - Serviços de arquitetura</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>206-2 - Sociedade Empresária Limitada</b>		
LOGRADOURO <b>R CIRENE HEY</b>	NÚMERO <b>520</b>	COMPLEMENTO <b>*****</b>
CEP <b>85.200-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>LOTEAMENTO AGUA VERDE II</b>	MUNICÍPIO <b>PITANGA</b>
UF <b>PR</b>		
ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>ATENDIMENTO@CONTABILIDADEPITANGUENSE.COM.BR</b>		TELEFONE <b>(42) 3646-1186</b>
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) <b>*****</b>		
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>30/10/2020</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL <b>*****</b>	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL <b>*****</b>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **05/03/2021** às **09:30:14** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



## **D PAULA PROJETOS LTDA CONTRATO SOCIAL**

**GISLAINE DE PAULA**, brasileira, solteira, empresária, portadora do CPF sob nº. 094.901.539-31, RG: 13.427.958-3 SESP/Pr., Carteira Nacional de Habilitação nº07255072736 DETRAN/PR, nascida em 11/02/1996, residente e domiciliada na Rua Cirene Hey, 520, Loteamento Água Verde II, Fundos, CEP 85.200-000, Pitanga/Pr.,

**RESOLVE**, constituir uma sociedade limitada unipessoal, mediante as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** A sociedade limitada unipessoal girará sob o nome empresarial de **D PAULA PROJETOS LTDA**, com sede e domicílio à Rua Cirene Hey, 520, Loteamento Água Verde II, CEP 85.200-000, Pitanga/Pr.,

**PARAGRAFO ÚNICO:** A sociedade limitada unipessoal iniciará suas atividades após o arquivamento deste contrato na junta comercial do Paraná e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

**CLÁUSULA SEGUNDA:** O objeto social é **SERVIÇOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA**.

**CLÁUSULA TERCEIRA:** O capital social é de **R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)**, dividido em **50.000 (cinquenta mil) QUOTAS** no valor de **R\$ 1,00 (um real)** cada uma, totalmente integralizados em moeda corrente do país, no presente ato; **GISLAINE DE PAULA**, subscreve **50.000 (cinquenta mil) QUOTAS**, no valor de **R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)**, totalmente integralizados em moeda corrente do país, neste ato; distribuídos da seguinte forma:

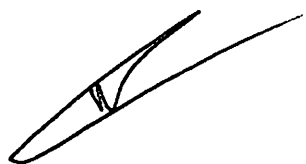
<b>ÚNICA SÓCIA</b>	<b>QUOTAS</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
<b>GISLAINE DE PAULA</b>	<b>50.000</b>	<b>50.000,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>50.000</b>	<b>50.000,00</b>

**CLÁUSULA QUARTA:** A administração da sociedade limitada unipessoal é exercido pela única sócia **GISLAINE DE PAULA**, com poder e atribuição de **ADMINISTRADORA**, autorizado o uso individual do nome empresarial, vedada, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

**CLÁUSULA QUINTA:** A única sócia, fixará uma retirada mensal, a título de pró-labore, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

**CLÁUSULA SEXTA:** A **ADMINISTRADORA**, **GISLAINE DE PAULA**, declara, sob as penas da lei, de que não esta impedida de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

**CLÁUSULA SÉTIMA:** A responsabilidade técnica pelos serviços prestados é de responsabilidade do engenheiro civil não sócio o Sr. **MARIANO JACINTI JUNIOR**, brasileiro, solteiro, engenheiro civil, portador do CPF sob nº. 063.596.299-33, RG 11.105.474-6 SSP/PR., Registro CREA nº. PR-151953/D, nascido em 22/06/1993, residente e domiciliado na Rua Dr. João Gonçalves Padilha, 430, centro, CEP 85200-000, Pitanga-PR.






## **D PAULA PROJETOS LTDA CONTRATO SOCIAL**

**CLÁUSULA OITAVA:** A sociedade limitada unipessoal declara, sob as penas da Lei, que se enquadra na condição de MICROEMPRESA, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

**CLÁUSULA NONA:** Em caso de falecimento da única sócia, a sociedade limitada unipessoal continuará suas atividades com herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível, ou inexistindo interesse destes, a sociedade poderá ser dissolvida.

**CLÁUSULA DÉCIMA:** A sociedade limitada unipessoal poderá a qualquer tempo mudar a sua sede e domicílio para qualquer lugar dentro do estado do Paraná.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:** A sociedade limitada unipessoal poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:** O término de cada exercício social será encerrado em 31 de Dezembro do ano civil, com a apresentação do balanço patrimonial e resultado econômico do ano fiscal.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:** Fica a sociedade limitada unipessoal autorizada a distribuir antecipadamente lucros do exercício, com base em levantamento de balanço intermediário, observada a reposição de lucros quando a distribuição afetar o capital social, conforme estabelece o artigo 1.059 da Lei nº. 10.406/2002.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:** Fica eleito o foro de Pitanga/Pr., para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por assim estarem justos e contratados, lavram, datam e assinam o presente instrumento, em 01 (uma) via, obrigando-se fielmente por si e seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.

Pitanga/PR, 16 de Outubro de 2020.

TAE. MESSIAS  
PITANGA - PR

**GISLAINE DE PAULA**

TAE. MESSIAS  
PITANGA - PR

**MARIANO JACINTI JUNIOR**  
Engenheiro Civil não sócio



CERTIFICO O REGISTRO EM 30/10/2020 10:22 SOB N° 41209583839.  
PROTOCOLO: 206468164 DE 27/10/2020.  
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12005263832. CNPJ DA SEDE: 39623943000106.  
NIRE: 41209583839. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 16/10/2020.  
D PAULA PROJETOS LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA  
SECRETÁRIO-GERAL  
[www.empresafacil.pr.gov.br](http://www.empresafacil.pr.gov.br)

A validade deste documento, se impresso, fica sujeita à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.



## CERTIDÃO SIMPLIFICADA

### Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados  
nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: D PAULA PROJETOS LTDA				Protocolo: PRC2105935998	
Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada					
NIRE (Sede) 41209583839		CNPJ 39.623.943/0001-06		Data de Ato Constitutivo 30/10/2020	
Início de Atividade 30/10/2020					
Endereço Completo Rua CIRENE HEY, Nº 520, LOTEAMENTO AGUA VERDE II - Pitanga/PR - CEP 85200-000					
Objeto Social SERVICOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA					
Capital Social R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) Capital Integralizado R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)				Porte ME (Microempresa)	
				Prazo de Duração Indeterminado	
Dados do Sócio		CPF/CNPJ		Participação no capital	
Nome GISLAINE DE PAULA		094.901.539-31		R\$ 50.000,00	
		Espécie de sócio Sócio		Administrador S	
Dados do Administrador		CPF		Término do mandato	
Nome GISLAINE DE PAULA		094.901.539-31			
Último Arquivamento		Número		Ato/eventos	
Data 30/10/2020		20206468164		090 / 315 - ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA	
				Situação ATIVA Status SEM STATUS	

Esta certidão foi emitida automaticamente em 11/03/2021, às 08:41:25 (horário de Brasília).  
Se impressa, verificar sua autenticidade no <https://www.empresafacil.pr.gov.br>, com o código MCLDD5DR.



PRC2105935998

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA  
Secretário Geral

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA

DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÁNSITO

CARTHEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

PR

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2095100518

2095100518

2095100518

NOME

GISLAINE DE PAULA

DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF

13427958-3

SESI

PR

CPF

094.901.539-31

DATA NASCIMENTO

11/02/1996

FILIAÇÃO

EDES DE PAULA

ROSELI DE FATIMA

VELOSO DE PAULA

PERMISSÃO

ACC

CAT. HAB.

AB

Nº REGISTRO

07255072736

VALIDADE

20/10/2023

1ª HABILITAÇÃO

06/05/2019

OBSERVAÇÕES

PROIBIDO PLASTIFICAR

2095100518

LOCAL

PITANGA, PR

DATA EMISSÃO

08/06/2020

46990185795

PR918235773

PARANÁ